

João Seixas

Capítulo 5

Estruturas e dinâmicas do capital sócio-cultural em Lisboa*

Um novo paradigma urbano

Com a escolha da quarta proposta de Manuel da Maia para a reconstrução da Baixa pouco após o grande terramoto de 1755, o centro de Lisboa tornou-se, inadvertidamente, uma das primeiras expressões urbanas do espírito racionalista que começava então a consolidar-se (França 1976). Malha linear decididamente ortogonal, edifícios de afirmado desenho regular, espaços planeados de forma ampla e conjunta para ocupação das instituições do Estado e das dinâmicas da burguesia – em considerável ruptura com as anteriores, e bem mais singulares, formas de ocupação espacial em torno de estruturas reais, senhoriais, eclesiásticas ou militares. Cem anos antes de Cerdá e de Haussman, a acção da racionalização e do desenho planificador sobre a cidade, a considerável escala, materializava-se assim em Lisboa – não tanto por motivos explicitamente industrialistas, bem mais pelo engenho e contemporaneidade de um punhado de homens –, em paralelo com o paulatino advento do segundo grande paradigma histórico de produção e de representação da civilização humana, ou a era industrial (Soja 2000).

* Este texto resulta de uma investigação desenvolvida em torno das estruturas e dinâmicas contemporâneas de governação da cidade de Lisboa – trabalho que resultou na tese doutoral apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona («Lisboa – Uma Análise Crítica à Governação da Cidade», UAB/ISCTE, 2007). A correspondente investigação empírica incluiu 75 entrevistas efectuadas a diferentes actores do sistema de governação de Lisboa, bem como cinco estudos de caso (uma empresa municipal, um departamento camarário, uma junta de freguesia, uma associação de moradores, um plano urbanístico). Embora o enfoque espacial e sócio-político se tenha colocado sobre o município de Lisboa, procurou-se nunca se descurar as suas vitais interligações com os contextos mais amplos da região metropolitana onde este se insere.

Uma era de novas formas de emancipação que se foi consolidando, não sem profundos dilemas, batalhas e iniquidades, ao longo dos séculos XIX e XX. E que, para as dimensões da cidade e da sua sócio-política, ficou profundamente marcada, nas razões e nas acções, por três elementos estruturais de suporte: pela afirmação em largo espectro do pensamento e da produção científico-racionalista e positivista (sedimentando novas estruturas sociais, culturais e mesmo espirituais); pela consolidação dos Estados-nações como garantes da estabilidade e da providência, agora actores-chave no próprio desenvolvimento sócio-económico das sociedades; por perspectivas de concepção e de regulação – e mesmo da própria estética – na cidade, baseadas sobretudo em concepções morfológicas e urbanísticas de desenho e de planeamento, por via da forma e da segmentação da função. Uma «trilogia de paradigmas» para a urbanidade ocidental que Ascher (1998) denominou fordiano-keynesiano-corbusiana.

Esta «trilogia de paradigmas» foi suportada, em essencial medida, por um consistente papel de um pensamento estadual racionalista e de uma cultura e estética de base moderna, num clima de progresso baseado na afectação de homens e de bens aos sistemas de produção e de reprodução espaço-temporais. E esta foi uma evolução que – não obstante a retirada de poder das cidades (agora no Estado-nação) e o aumento permanente, às vezes dramático, da população urbana, paulatinamente metropolizando as grandes cidades – permitiu a manutenção de uma considerável integridade sócio-geográfica do *ethos* urbano, em conjugação com os elevados índices de crescimento económico registados nos mais variados sectores. Por via, sobretudo, de uma dinâmica burguesa (melhor dizendo, capitalista) que alicerçava os seus investimentos (decorrentes das suas expectativas de mais-valias) em lógicas de considerável paralelismo com as dinâmicas urbanas e urbanísticas induzidas e reproduzidas.

Tal composição concertada começa, porém, a alterar-se a partir de meados do século XX, como resultado de importantes mutações em curso nas estruturas sociais, económicas, tecnológicas e relacionais. Mutações em desenvolvimento, a princípio de forma relativamente subtil (nas primeiras décadas após a segunda Grande Guerra), mas de forma bem mais consistente já nos anos 80-90. Uma transformação, de resto – e voltando à Baixa lisboeta –, plenamente espelhada em primeiríssima instância no anteriormente muito activo centro de Lisboa e que se foi debilitando em quase todas as suas estruturas e dinâmicas (embora não tanto nas suas estruturas simbólicas, realce-se) quase sem se

aperceber (ou não desejando aperceber-se) do que se passava (Seixas 2005).

Embora o carácter de centro e, na verdade, de local permaneça hoje vital – mais vital do que nunca, como muitos consistentemente vêm afirmando –, parece inegável que os elementos definidores das estruturas de entendimento, de visão, de planeamento e de acção sobre a cidade se tornaram hoje consideravelmente – se não profundamente – diferentes. Não só porque a cidade mudou – e esta de facto mudou muito nos últimos trinta/quarenta anos –, mas também porque as correspondentes estruturas, redes e fluxos de representação e de acção social, económica e tecnológica, bem como as de expressão cultural e cívica, também se alteraram de forma significativa (Touraine 2005). Para além da sua absoluta diversidade sócio-cultural, a humanidade toma hoje para si novas configurações tanto em termos das paisagens vividas e construídas como das paisagens sensoriais e cognitivas (Beck 1998; Bauman 2000), numa era de impactos espacialmente globais e de decisiva influência dos capitais e canais financeiros, informacionais e culturais (Stiglitz 2002; Castells 1996-1998). Por um lado, a cidade pós-moderna vive hoje esse quotidiano de inter cruzadas influências locais e globais, o que a deixa mais sujeita a reconfigurações nas suas próprias bases morfológicas, cognitivas e simbólicas (Harvey 1994 e 2001; Soja 2000; Benevolo 2000).

Por outro lado, e logicamente, assiste-se também, nas dimensões da cidade política e das suas estruturas de poder, a reestruturações de importante impacto. Primeiro, por reacções político-institucionais – pelo fomento de diferentes vectores de recomposição da acção política no poder local, desde os processos de descentralização administrativa ao planeamento urbano de base estratégica, aos projectos de modernização administrativa e às novas lógicas de empresarialização e ainda ao aumento das redes de parceria e de participação. Segundo, por novas e consideravelmente distintas práticas de expressão da cidadania, certamente mais difusas e, também elas, mais fragmentadas, mas em simultâneo mais variadas e sobretudo mais transversais e potencialmente mais incisivas (Turner 1993; Clark e Hoffman-Martinot 1998; Putnam 2000; Mayer, 2001).

Nestes contextos, o tabuleiro prospectivo de cada cidade equaciona-se sob diferentes possibilidades, uma diferenciação suportada no comportamento de variáveis paradoxalmente muito locais, baseadas nas características e estruturas de «capital social», cultural e político existente em cada sociedade urbana. A singularidade evolutiva de cada cidade

parece hoje depender, de forma considerável, de um factor-chave: da capacidade de cada uma em tomar para si própria uma maior ou menor consciência da responsabilidade pela sua própria evolução (e pelas respectivas iniciativas e transformações necessárias). Por lógicas e atitudes (quer nos exercícios de reflexão, quer nos de acção) tão assentes em perspectivas de visão e de acção global como na qualificação dos espaços do quotidiano e de proximidade, desenvolvendo capacidades endógenas de alimentar inovadora e criativamente os espaços, fluxos e sentidos do seu sistema de governação. Porém, do outro lado do espectro, as cidades que não têm conseguido tomar tal responsabilidade de condução para si próprias parecem assistir a um contínuo aumento dos desfasamentos nos seus sistemas, semiocupadas que se encontram tanto na gestão das suas estruturas clássicas de governação e de regulação pública como nas crescentes brechas e dubiedades ocorridas nos seus panoramas de representação e de responsabilidade social e política. Nestas, a fractalidade das identidades e dos usos na cidade e, no fundo, da própria cognição e condição urbana (quando suportadas por uma relativa fragmentação e banalização imagética e paisagística) parece desenvolver-se em relativo paralelismo com a própria fractalidade dos sistemas de governação urbana.

Muitas das análises mais recentes desenvolvidas em torno das linhas de evolução das políticas urbanas nas cidades europeias parecem consistir em reflexões de carácter consideravelmente crítico, questionando-se temáticas como o aumento dos défices de democracia local ou a discricionariedade de novas redes de governança, que moldam agendas políticas e tomadas de decisão de âmbito urbano (Brenner 2004). Em simultâneo, por outro lado, múltiplas práticas de inovação de âmbito político parecem reforçar processos e conteúdos democráticos na governação das cidades e das suas variadas escalas e espaços. Este crescentemente complexo panorama confirma como se têm dado cada vez maiores atenções à «questão urbana» (Castells 1972) – e aos campos das ciências sociais, por perspectivas decerto ainda consideravelmente weberianas, configurando muitos a cidade, como sugeriu Nel.Lo, como «um artefacto social particularmente complexo no qual toda a intervenção favorece ou prejudica interesses de grupos ou de indivíduos» (2001, 5).

As atenções científicas – e ainda políticas – dadas aos campos do inter-relacionamento social de âmbito urbano, às interpretações e análises desenvolvidas em torno das estruturas relacionais e de interdependência na cidade e ainda aos seus resultados mais ou menos colec-

tivos nas cidades têm sido muito situadas, conceptualmente, no âmbito de duas grandes dimensões: a governança urbana e o «capital social» (Maloney, Smith e Stoker 2000). É nestas duas dimensões – sobretudo na segunda – que iremos aqui concentrar as nossas reflexões, suportando a nossa observação empírica diversas interpretações de base crítica para o caso da cidade de Lisboa.

A governança e o capital sócio-cultural na cidade

A governança urbana

O debate em torno da governança urbana tem tido um relevo crescente. Por um lado, pelo seu enfoque nas formas de conjugação entre os actores sociais, entre diferentes culturas e dinâmicas, num perspectivado sentido de construção e de responsabilização para objectivos mais comuns. Por outro lado, pela atenção à existência de formas de condução e de gestão de tais fluxos e dinâmicas de conjugação – ou seja, gestão de formas de condução política mais plurais. Mas também, por outro lado, e justamente pelos enfoques referidos, pela sua capacidade de poder justificar a atenção e construção de uma estrutura de coligações efectivamente desenvolvidas sob um determinado espaço de governação (Jouve 2003).

A reterritorialização do papel e das configurações do Estado, o aumento da participação dos actores sociais na composição e na responsabilização políticas e as crescentes preocupações face a práticas discricionárias e fragmentadas foram colocando o conceito de governança, paulatinamente, no centro de diversas atenções. E, face ao reposicionamento do papel das cidades no âmbito da política e da economia global, uma das vertentes mais discutidas nestes âmbitos tem sido, precisamente, a da governança das cidades. Todo este potencial tem feito com que o conceito de governança urbana tenha sido, em significativa medida, apropriado não só por teóricos da acção colectiva, mas também por diversos círculos políticos e administrativos, tendo mesmo já entrado em muita da semiótica discursiva institucional, justificando mesmo a existência ou a alteração de determinadas estruturas. Um estado-da-arte que em simultâneo tem trazido, sem surpresas, um aumento da duvidade na materialização do conceito, perante a abertura de perspectivas e de justificações substancialmente distintas umas das outras.

Mas tal gestão da diversidade e da construção de dialéctica, de cooperação e de parcerias, embora sem dúvida ambiciosa, não será por si mesma suficiente. Os desafios da governança urbana, embora plenos de potencial, correm também eles o risco de implementação parcial e fragmentada em projectos espaçados e perante comunidades de interesses parcelares – não atingindo assim, de todo, os seus propósitos mais ambiciosos de aprofundamento social e político. Bagnasco e LeGalès (2000) finalizam o seu livro destacando este ponto: «À medida que a governança urbana se vai tornando mais institucionalmente fragmentada, grupos de interesses externos podem beneficiar de mais pontos de entrada do que nunca, desenvolvendo-se um muito mais complexo sistema de inter-relacionamentos e de interdependências entre agências estatutárias e grupos não estatutários. Que a complexidade e a contingência se tenham tornado a ordem do dia só pode surpreender quem ainda acredita que a simplicidade e a previsibilidade são, ou deveriam ser, o estado natural da governança urbana» (2000, 197).

Entendida e aplicada de determinada forma, a governança urbana pode assim tornar-se evocação e mesmo justificação para a construção de sistemas oligárquicos, seja através de práticas de particularismo institucional (Mozzicafreddo 2003) ou mesmo através da consolidação de regimes urbanos de competitividade, em lógicas de relacionamento de *pools* de determinados actores estrategicamente bem direccionadas e a que Jessop (1998) sugeriu chamar *governança heterárquica* – ou, afinal, a própria negação da afirmação colectiva na política da cidade (Jouve 2003). O que, convenhamos, é fito demasiado pesado para um conceito que, apesar dos riscos, contém propostas consideravelmente amplas de inovação e de aplicabilidade, continuando a deter um excelente potencial para a renovação da política na cidade.

A contaminação do governo urbano por uma governança de âmbito democrático implicará assim, por parte das autoridades territoriais, a necessidade de estas não se deixarem arrastar por um mero quotidiano de gestão de processos de ordem arritmica e reactiva, num pano de fundo que se pode facilmente tornar fragmentado e muito dificilmente orientado – ou, por outro lado, orientado para dinâmicas cujos efeitos resultem pouco colectivos. Implicará, sim, a necessidade de se desenvolverem linhas e estruturas políticas de cariz relacional e pluralista, sem dúvida, mas ao mesmo tempo com bases racionalistas, orientadoras e estratégicas, para um efectivo desenvolvimento da cidade como projecto político. Para que tal potencial se manifeste de forma ampla, contribuindo para a inovação da política na cidade, e para que a governança

não seja epistemologicamente absorvida por concepções heurísticas e difusas, parecerá necessário não só a existência de estruturas de governo empenhadas, perspicazes e bem conscientes dos desafios da contemporaneidade para cada cidade, mas ainda que tal empenhamento seja suportado por uma sociedade urbana que compreenda e se comprometa com tais desafios. Um empenhamento que requererá, seguramente, importantes doses de «capital social» e de «capital cultural».

O «capital social» e o «capital cultural»

Os debates em torno do conceito de «capital social», apesar de mais antigos, mantêm-se presentemente com um potencial muito significativo. O conceito incorpora uma inquestionável correlação directa com valores essenciais à democracia e com características sociais de cariz cultural e formativo. A capacidade de percepção, de apropriação e de valorização de determinados valores cívicos por parte de uma comunidade – valores como a confiança, as expectativas colectivas, os sentidos de direitos e de deveres, valores, por sua vez, ligados a estruturas e redes de inclusão e de exclusão sócio-territorial –, sendo, sem dúvida, um campo relativamente complexo de medir ou de avaliar, não deixa, no entanto, de ser reconhecida como coluna vertebral na estruturação de um panorama de boa governação de uma cidade. Provocando – como tem provocado – nas mais diferentes cidades os mais distintos panoramas e impactos nos universos da geografia (nos sistemas urbanos) e da política (nos sistemas de governação urbana).

O conceito de «capital social» tem sido, efectivamente, particularmente invocado em múltiplas reflexões em torno das condições e práticas conducentes a processos de desenvolvimento de âmbito territorial, muito particularmente às escalas regional e local. Inicialmente desenvolvido por Bourdieu (1997)¹ e melhor estruturado por Coleman (1990), foi definitivamente ampliado por Putnam (1993) na materialização de um trabalho empírico na chamada *Terceira Itália*. O «capital social» compreenderá a combinação de determinados elementos-chave desejadamente presentes na sociedade civil: estruturas de confiança, padrões de expectativas, normas de reciprocidade, laços e redes de comunicação e de relacionamento. Elementos acumulados – e elementos cumulativos – por experiências de trabalho em conjunto, por parcerias, por práticas de associativismo, de interacção e de cooperação entre

¹ O texto original é de 1983.

diferentes actores. Afigurando-se como vínculo e ferramenta de accionamento de dinâmicas sociais e de energias de acção de toda uma comunidade, num sistema de redes de compromisso cívico e social, permite, por sua vez, a consolidação, a escalas mais amplas, de melhores condições para o desenvolvimento de projectos de âmbito mais articulável e mais colectivos.

Parecendo um debate relativamente novo nos campos da sócio-política das cidades, a colocação de lentes sob as capacidades cívicas e associativas de uma sociedade, na sua qualificação (social, cultural, económica e política), vem, obviamente, de muito longe. Alexis de Tocqueville, na sua mais que conhecida observação às dinâmicas da sociedade norte-americana do início de Oitocentos, sublinhou a importância de um envolvimento cívico activo e de uma concomitante existência de associações empenhadas na construção de uma democracia consolidada – reflexões que, de resto, já vinham na linha de pensadores iluministas como Locke ou Montesquieu.² Mas poder-se-á ir bem mais longe – talvez mesmo aos primórdios da cidade política: Platão argumentava como os governos da cidade deviam variar de acordo com as disposições da sua cidadania – a *polis* era entendida não apenas pelo seu território físico e respectivas projecções morfológicas, construídas ou não pelo homem (a *urbs*), mas sobretudo pelo conjunto dos seus cidadãos, com as suas estruturas sociais, práticas relacionais e de poder (a *civitas*). Perspectivando-se a cidade, nesse sentido, sobretudo pelos seus cidadãos e suas formas de relacionamento, estas serão assim a própria política. Aristóteles afirmaria que o homem, sendo habitante da cidade, é naturalmente um animal político – e só através da sua participação na comunidade se torna verdadeiramente humano. É plena de simbolismo a constatação de que o nome da cidade de Atenas provém de atenienses (os adoradores da deusa *Athena*), e não vice-versa (Boorstin 1992).

Numa sociedade urbana poder-se-á interpretar a afirmação política colectiva em termos da capacidade de expressão e de participação de cada indivíduo nesta como um todo (como direito e como dever). Neste sentido, o «capital social» poderá afigurar-se como factor primordial da sua própria riqueza colectiva. Uma riqueza de carácter cultural e decerto motivacional e que, por efeitos de reflectividade e de interdependência, consolidará a própria qualidade das instituições e das práticas políticas na cidade. Por conseguinte, como elemento estruturante da

² V. uma das inúmeras edições do clássico de Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*, nomeadamente a edição portuguesa (2003): Alexis de Tocqueville, *A Democracia na América* (São Paulo: Editora da US, 1987 [1835]).

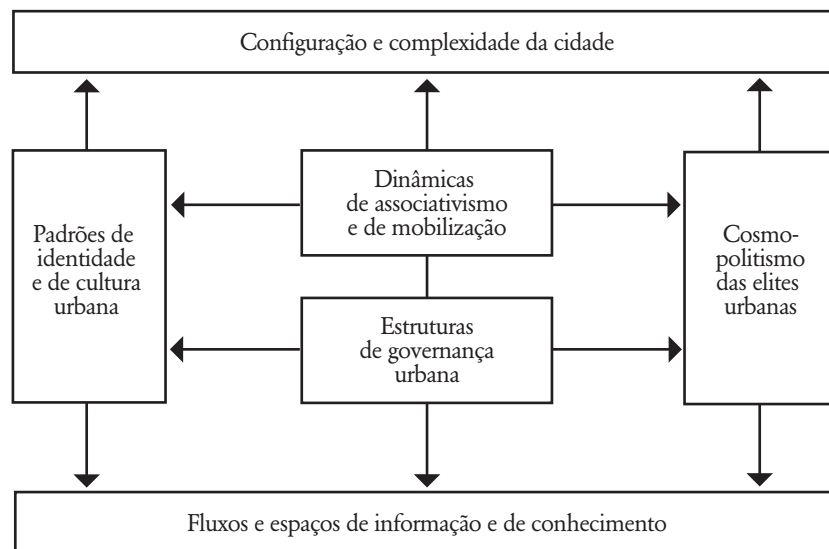
afirmação de uma cidade e da consistência das diversas morfologias que sócio-politicamente a estruturam, o «capital social» subentende uma construção cuja essência será assim, antes de tudo, cultural. Para Bourdieu (1997), precisamente, o «capital cultural» é mesmo mais vital do que o próprio «capital social», pois, afinal, este estrutura aquele. Assim, e muito particularmente para a cidade, face aos actuais contextos de significativa mudança de paradigma urbano, terá hoje talvez maior relevância – e maior propriedade – falarmos e trabalharmos em torno do conceito de *capital sócio-cultural*.

Serão, evidentemente, de ordem poliédrica os elementos que, num dado território ou cidade, proporcionam a valoração do seu capital sócio-cultural – o que torna inevitavelmente redutor qualquer tentativa de sistematização destes. Não obstante tal inevitabilidade, parece-nos, no entanto, interessante procurar desenvolver este exercício, como busca de uma melhor compreensão analítica das dimensões e variáveis mais basilares à formação do capital sócio-cultural numa cidade. Propõe-se, assim, uma sistematização dos seus elementos de formação – ou de valoração – por seis dimensões: (1) a configuração, compacidade e complexidade dos territórios da cidade ou metrópole, quer para o âmbito das suas escalas mais amplas (região ou mesmo sistema urbano), quer face a cada um dos seus bairros, espaços ou elementos urbanísticos; (2) as estruturas dos padrões de identidade e das diferentes formas de cultura urbana espelhada nos cidadãos, nos espaços e nas redes relacionais da cidade, incluindo-se aqui dimensões como as estruturas de multiculturalidade e de cosmopolitismo; (3) os fluxos e os espaços de informação, de conhecimento e de discussão sobre a cidade; (4) as estruturas e dinâmicas de associativismo e de mobilização cívica; (5) as estruturas de governança urbana, institucionalmente desenvolvidas ou não, de sentido pluralmente participativo ou de sentido mais discricionário; (6) as perspectivas e posturas das elites das respectivas sociedades urbanas, em particular nas atitudes face à sua própria cidade, mas de forma mais global nos seus graus de universalismo e de cosmopolitismo.

Forças e fraquezas na estrutura do capital sócio-cultural de Lisboa

Tomando a sistematização acima proposta, e baseados num trabalho de investigação empírica sustentado em metodologias de base quantita-

Figura 5.1 – Dimensões de valoração do capital sócio-cultural numa cidade



tiva e qualitativa de diversas índoles,³ analisámos criticamente a consistência de cada uma das seis dimensões de valoração do capital sócio-cultural urbano para o caso concreto da cidade de Lisboa.

Configuração morfológica e complexidade funcional em Lisboa

A relação entre a configuração morfológica e a complexidade de uma cidade e a propensão dos seus cidadãos para maiores ou menores formas de expressão e de responsabilização colectiva remete-nos para interessantes discussões ligadas às diferentes formas de evolução urbana. Por um lado, para as seculares projecções da «cidade ideal» à miríade de propostas urbanísticas, mais ou menos idealistas ou mais ou menos pragmáticas, desenvolvidas ao longo dos tempos (do fórum romano às cidades medievais, da cidade-jardim aos *ensanches* novecentistas, da cidade funcional lecorbusiana às novas cidades e bairros do *welfare state* e, finalmente, das novas estruturas semiperiféricas e *urbanisadoras* à mítica cidade central reabilitada e revitalizada), mas, por outro lado, para as mais recentes dinâmicas de estruturação metro ou metapolitana e para a paulatina formação das grandes cidades-regiões em processo de

³ Como anteriormente referido (v. nota 1 deste capítulo).

aparente *urbanização infinita*. Presentemente, embora os debates sobre a globalização dos padrões de relacionamento comunicacional despertem múltiplas divergências, parece ser consideravelmente consensual a perspectiva de que os graus de proximidade, de complexidade e de heterogeneidade existentes em cada território urbano – recordando o *synoikismus* salientado por Soja (2000)⁴ ou a *diversidade urbana* aclamada por Jacobs (2000 [1961]) – mostram afigurar-se como um dos elementos mais basilares para a valoração da dialéctica social e, por conseguinte, das estruturas de «capital social» e cultural de uma cidade. Esta reconhecida e significativa correlação será igualmente evidente para uma cidade como Lisboa. Desde logo, na capital portuguesa o chamado «efeito-cidade»⁵ mostra-se consideravelmente perceptível na recente investigação desenvolvida por Cabral e Silva (2007), onde, entre outros elementos, se analisou a conexão entre a intensidade dos padrões de expressão e de mobilização cívica com as características dos diferentes territórios de vivência. Uma série de indicadores sobre a qualidade da condição (e ainda da expressão) cívica, tais como graus de socialização, interesse pela política ou índices de associativismo e de mobilização por determinadas causas, mostram ser maiores na metrópole, muito particularmente no seu centro (o concelho de Lisboa), em relação às respectivas médias do país – embora outros indicadores também importantes, designadamente a confiança face aos políticos e às instituições, resultem em piores índices nestas áreas urbanas do que para o conjunto de Portugal.

Todavia, não obstante comprovar-se assim a relevância deste «efeito-cidade» em Lisboa, menos certezas se colocam em relação à sua intensidade – ou melhor, à sua densidade –, nomeadamente quando nos deparamos hoje com um panorama global da metrópole cujas estruturas morfológicas e sócio-demográficas se encontram consideravel-

⁴ Para Soja, a base epistemológica do termo é plena de significado: o autor recorda a obra de Charles Keith Maisels (*The Emergence of Civilization*, 1990) e a sua definição de *synoecism* como uma «interdependência proveniente de uma densa proximidade»; lembra ainda o termo clássico grego *synoikismus*, que define a condição de vida humana em conjunto, termo que o próprio Aristóteles utilizou para descrever a essência da *polis*; e finalmente o mais amplo *oikos*, palavra raiz de termos como economia ou ecologia, e que, para Doxiades, descreve a compreensão dos assentamentos humanos, da escala da habitação à escala global.

⁵ O «efeito-cidade» evoca para a correlação positiva das paisagens e dos ritmos de vivência mais urbanos e mais cosmopolitas, com formas mais efectivas e dinâmicas de expressão e de mobilização da cidadania política. V. o capítulo 6 deste volume para uma discussão desta questão.

mente fragilizadas por décadas de dispersão conjugada com fragmentação, do concomitante aumento das fractalidades sócio-espaciais, e da perda de complexidade funcional e sensorial à pequena escala (Salgueiro 2001). As estruturas sócio-espaciais da Lisboa do início do século XXI, após diversas décadas de pressão urbanística, em conjunto com uma muito deficiente integração de políticas de consolidação urbana, contêm uma série de características que – a par de outras que, quotidianamente, decerto as evocam – parecem tornar mais difícil a construção ou a consolidação das suas estruturas de capital sócio-cultural. Poderemos aqui sistematizar três ordens de razões.

Em primeiro lugar, pelo simples – mas fortíssimo – factor de se ter registado uma profunda depressão da sua massa crítica demográfica nas áreas clássicas de maior centralidade num curtíssimo espaço de tempo. A redução de mais de 30% da população residente no concelho central em vinte anos – com bairros inteiros a registar regressões superiores a 50% no mesmo período (CML, 2004d) –, conjuntamente com outros factores, como o acentuado aumento dos índices de envelhecimento e a igualmente acelerada regressão do número de crianças e de jovens (CML, 2004d), tem certamente induzido a sua dose de desânimo social e de considerável fricção no desenvolvimento de sinergias urbanas endógenas. Numa cidade historicamente de grande escala, cuja matriz espaço-cultural sempre foi essencialmente mediterrânea e socialmente muito relacional, esta significativa diminuição da sua massa crítica e das suas densidades territoriais (de âmbito residencial, mas também laboral e das mais variadas ordens de intercâmbio) traduz, indubitavelmente, uma profunda mutação na sua vitalidade – e que nem mesmo o aumento dos fluxos de imigração conseguiu ainda estancar, mesmo que de forma relativa.

Em segundo lugar, pelo tipo de territórios urbanizados produzidos nas últimas décadas, com importantes fractalidades a nível social, económico, ambiental e paisagístico, para além de muitos destes detem à partida deficientes capacitações de multifuncionalidade e de complexidade urbana a mais pequenas escalas. Tanto na cidade central como na globalidade da sua metrópole, e independentemente do acentuado aumento demográfico registado em algumas zonas entretanto urbanizadas, existe um significativo risco de contínua tendência de perda de vitalidade urbana e de complexidade social por via de uma *monofuncionalidade induzida* tanto nas novas urbanizações de iniciativa privada, como mesmo a nível dos equipamentos urbanos, da sua localização e dimensão – incluindo o próprio comércio (como revelou, por exem-

plo, uma análise desenvolvida em torno da zona do Parque das Nações – CML, 2004a –, bairro onde a existência de um grande espaço comercial acabou por empobrecer a sua diversidade urbana, apropriando funcionalmente parte significativa das dinâmicas urbanas num raio relativamente alargado. Decorrente desta ordem de produção urbana, tem-se assim acentuado a fragmentação dos trajectos de vida – quer quotidianos, quer de outra ordem de temporalidade. A fractalidade quotidiana sentida hoje em Lisboa obriga parte muito significativa dos seus cidadãos a ocupações temporais e cognitivas que não deixarão decerto muito espaço para outra ordem de actividades – incluindo hipotéticos desenvolvimentos de uma massa crítica mais activa e mais exigente. O valor marginal do tempo disponível para o exercício da cidadania parece ser assim demasiado elevado – tanto para as classes de maior formação e de mais estável actividade profissional como para as que mais se extenuam por entre os caleidoscópios do trabalho precário, das intermodalidades das redes de acessibilidades e da banalização das paisagens e dos espaços-tempos de consumo.

Em terceiro lugar, este aumento dos fluxos fractais e de consistência mais efémera e dos trajectos mais desvinculados e isolados parece também provocar dificuldades na consolidação de laços sociais – o que, por seu lado, tende a aumentar a desintegração e a exclusão social e, precisamente, a existência de redes de participação e de confiança. Um dos mais recentes relatórios do Observatório da Coesão Social (2006) mostrava que a situação portuguesa parece estar consideravelmente fragilizada entre a perda das relações sociais informais tradicionais, a dificuldade de sustentação de relações de natureza mais formal e a evolução de outros factores, como a maior dificuldade de conciliação entre a vida profissional e familiar e o aumento do hedonismo e do individualismo.

No entanto, e apesar destas tendências, a cidade de Lisboa mantém importantes elementos geradores de vitalidade urbana. A nível morfológico e urbanístico, e mesmo perante uma série de feridas abertas, são muitos os bairros que mantêm estruturas que pelo menos permitem alimentar perspectivas de uma vivência potencialmente mais dinâmica – porque, na sua essência (não obstante a desvitalização a que têm sido sujeitos), continuam a ser verdadeiros espaços da cidade. Estas são perspectivas a que a política urbana deverá dar a maior das atenções, da valorização da complexidade e multifuncionalidade à revigoração das densidades de habitação e de emprego, passando ainda pela qualificação dos espaços públicos. Mas, entretanto, novos padrões de vivência e de

entendimento surgem na nova cidade – o que nos obriga a novos entendimentos e interpretações das próprias estruturas cognitivas do «efeito-cidade». São estes novos padrões interligados tanto com os próprios passos de transformação interna [tanto nas dimensões da residencialidade como nas da empregabilidade e ainda noutro tipo de funções, tais como o advento de uma classe mais dinâmica e criativa em alguns bairros, como sugeriu Landry (2002) e como igualmente registámos nas nossas análises empíricas em Lisboa] como com a transformação, por via da revolução informacional, dos padrões comunicacionais e relacionais. Apesar das importantes dificuldades acima expressas, Lisboa e os seus bairros não deixam de manter potencialidades que suportam um determinado valor intrínseco de «capital social» – embora estes pareçam basear-se cada vez mais em componentes culturais, identitárias e simbólicas e menos em configurações meramente morfológico-demográficas.

Identidade e cultura urbana em Lisboa

Sob que processos de reestruturação se encontram as identidades na cidade de hoje, tendo estas, por natureza, uma condição dúplice entre o colectivo e o singular? As reconfigurações dos espaços, das paisagens e dos ritmos urbanos, bem como as reconfigurações das estruturas das suas redes sociais e relacionais, têm provocado significativas mudanças nas componentes de identidade local. Não obstante, pela presença de um significativo capital mnemónico, mas essencialmente pela riqueza viva dos seus múltiplos elementos patrimoniais, a cidade de Lisboa detém inquestionavelmente um forte capital simbólico de natureza muito urbana (Ferreira 2004). Uma riqueza que transborda dos seus múltiplos bairros (sejam estes bairros históricos ou consolidados, modernistas ou contemporâneos), sustentando-se em cada um deles (naturalmente com graus distintos) importantes estruturas de identidade espaço-cultural e vivencial.

Sabemos como as características da cidade, dos seus diferentes espaços morfológicos e dos seus fluxos e dinâmicas várias moldam de forma significativa os sentimentos de pertença e de identidade em cada local. Costa (1999) demonstrou, visando precisamente o caso concreto do Bairro de Alfama, a primordial relevância dos quadros de interacção social de âmbito microterritorial para o fomento e o dinamismo do capital sócio-cultural na cidade. O seu trabalho mostra como as características dos quadros de interacção social se fundem com a própria mor-

fologia relacional dos locais onde estes se estabelecem, pela densidade das relações de proximidade e de conhecimento ou de confronto, pela existência de redes formais e informais (associativas ou não), pela carga dos padrões simbólicos e culturais existentes e estruturantes. Sintetizando, o capital sócio-cultural baseia-se na intensidade dos processos e das dinâmicas relacionais e organizacionais de âmbito local existentes, estruturando as densidades e as complexidades identitárias urbanas.

No entanto, e como vimos acima, esta riqueza colectiva – e individual – de Lisboa e de cada um dos seus espaços depara-se com um processo de fragilização – ou pelo menos, decerto, de significativa transformação – face, por um lado, às tendências de fragmentação metropolitana e de desvitalização sócio-espacial em curso nos velhos centros e, por outro, à relativa *urbanização* da vida quotidiana também aqui operada (Muñoz 2004). Em alguns dos seus bairros, a cidade estará a perder uma parte importante das suas complexidades relacionais tradicionais, num efeito que provoca uma dispersão cognitiva dos seus sentidos mais imagéticos de identidade urbana. Numa análise desenvolvida no final dos anos 90 (Ferreira, Castro e Casanova 1999) constatava-se que, apesar de uma interessante compreensão perante muitas questões (sociais e outras), existia por parte dos lisboetas uma elevada componente de «abstracção», uma dificuldade na representação social dos cidadãos face à cidade e às suas transformações. Esta difusão de significações, mesmo em termos locais, dificulta a clarificação de representações sociais mais claras e abrangentes e releva a propensão dos cidadãos em actuarem, quando muito, em movimentos do tipo *nimby*.⁶ Se, em relação aos novos territórios urbanizados, parece pertinente a afirmação de Roseta (1999) quando nos recorda como são difíceis as representações e o consequente exercício de uma cidadania mais activa quando estamos em presença de quotidianos «semiurbanos» em territórios em que «as próprias pessoas nem sabem o que é que lhes falta para virem a ser cidades completas» (1999, 182), em relação a zonas consolidadas ou mesmo históricas em contínuo processo de desvitalização e de perda da sua complexidade urbana, esta perspectiva pode tornar-se, afinal, também muito próxima.

Elementos centrais na vertebração do capital identitário – e da vitalidade – da cidade são os seus espaços públicos. Para muitos, o seu carac-

⁶ *Not in my backyard*, sigla inglesa muito reconhecida, que transmite os sentimentos dos movimentos locais de reivindicações espacialmente específicas e egoístas.

ter nuclear personifica, na verdade, o próprio carácter da cidade e dos seus cidadãos nas suas paisagens interiores e exteriores (Borja 1998; Ferreira 2004; Gonçalves 2004). Mas o que dizer dos espaços públicos de Lisboa? O trabalho de Gonçalves (2004) confirmou os receios mais recentes de uma paulatina tendência de desqualificação destes (tanto cognitiva como política/urbanística), em favorecimento dos espaços e dos tempos de consumo mais privado. No inquérito desenvolvido no âmbito da sua investigação, muitos dos espaços públicos da cidade foram considerados – pelos seus potenciais utentes – escassos, pouco cuidados e inseguros, principais explicações estas para a sua fraca apropriação, embora outras razões também tenham sido pronunciadas nas áreas da sociogeografia (pela dispersão das vivências quotidianas em espaços-tempos mais difusos), ou mesmo na antropologia do lazer (perante as mutações de uma cultura crescentemente individualista e interiorista).

Numa cidade que aparenta deter múltiplas potencialidades para a afirmação da urbe como grande espaço público – pela vasta frente ribeirinha e por um amplo sistema de vistas, pela longa tradição mediterrânea das suas gentes, pela permanência e especificidade única da sua luz –, tais espaços parecem encontrar-se, afinal, no lugar de filhos de um deus menor. A crise de visão, de recursos e de energia política que se regista há longa data nas autarquias da cidade (tanto na câmara municipal como nas juntas de freguesia) tem acentuado as dificuldades de tratamento e de recriação dos seus espaços públicos, duvidando-se mesmo se o seu papel como agentes simbólicos e identitários poderá estar seguro face às perspectivas urbanísticas previstas para o futuro. O lugar incerto dos espaços públicos de Lisboa parece ser, na verdade, um retrato vivo da própria incerteza da sua cidadania.

As mais recentes acções políticas urbanísticas, nomeadamente as dirigidas para a reabilitação urbana e para a valoração simbólica da vivência na cidade – que incluíram campanhas mediáticas consideráveis –, poderiam, por outro lado, trazer alguma renovação aos padrões percepcionais e identitários sobre esta. No entanto, existirá um duplo carácter resultante destas pressões pela maximização das mensagens simbólico-culturais em Lisboa, exponenciadas tanto pelos agentes públicos e por campanhas de *city marketing* como por agentes privados na promoção dos seus produtos urbanísticos. Se, por um lado, tal maximização pode aumentar a intensidade das mensagens simbólicas da cidade em termos generalistas, por outro lado, e nas suas bases, poderá estar, afinal, a reduzir a substantividade que os conceitos de identidade

e de cultura urbana contêm, ao simplificar as mensagens e ao não implicar necessariamente uma renovação da complexidade na vivência e na semiótica urbana em cada bairro. A marca *Lisboa* poderá estar mais forte, mas a Lisboa mental e sensorial de cada lisboeta poderá encontrar-se menos densa.

Ainda assim, não podemos deixar de referir que se torna particularmente difícil a expressão de certezas absolutas em torno da perda ou do reforço dos valores identitários na cidade de hoje, precisamente quando assistimos à reconfiguração de múltiplas dimensões – incluindo, evidentemente, as culturais e as sensoriais – e quando, como vimos, a velocidade das mutações urbanas tem sido tão elevada. O aumento da velocidade nos padrões de mudança residencial, a mutação acelerada de usos, de funções e de paisagens e a própria mudança nas estruturas sociais e culturais (decorrente, por exemplo, do aumento dos fluxos migratórios, dos processos de miscigenação e de uma maior multiculturalidade) são processos que podem – e que estarão certamente a – trazer «um outro tipo de modernidade» (Lash 1999), recompondo as próprias linguagens, as culturas e, seguramente, as identidades territoriais da cidade.

Espaços de informação e de conhecimento em Lisboa

Uma terceira dimensão de valoração do «capital social» numa cidade coloca-se na existência de espaços de conhecimento sobre a cidade e de correspondentes redes de informação e de partilha desse conhecimento. Para o fomento de uma consciência cultural e identitária sobre a cidade será particularmente relevante o velho postulado de que um maior conhecimento das coisas provoca nos indivíduos uma maior responsabilidade sobre o destino destas. A investigação empírica desenvolvida mostrou importantes lacunas na existência e disponibilização de informação e de conhecimento em torno das múltiplas dimensões da cidade de Lisboa. Este universo mostra-se, dito de forma mais pertinente, consideravelmente desequilibrado entre o elevado capital simbólico da cidade, de raiz eminentemente historicista (de modo suficiente a suportar bem os chamados «estudos olissiponenses»),⁷ e a ignorância ou mesmo a completa falta de informação tanto face aos necessários múltiplos olhares e entendimentos sobre a cidade como em termos da própria interpretação da contemporaneidade urbana.

⁷ Existe, inclusivamente, um Gabinete de Estudos Olissiponenses, uma instituição da CML enquadrada administrativamente na Direcção Municipal de Cultura.

Este considerável desequilíbrio provirá de diferentes ordens de motivos. Destacar-se-á, em primeiro lugar, a estrutural deficiência educacional da sociedade portuguesa, mas também, e directamente no respeitante às dimensões urbanas, a existência de uma difícil percepção social dos portugueses perante a dimensão-cidade como temática própria para o desenvolvimento e a qualificação sócio-económica e mesmo ambiental. Não obstante, no quadro de um projecto de investigação que incidiu sobre as percepções e os comportamentos dos cidadãos de vários países em relação ao ambiente e seus desafios, Schmidt e Valente (2004) concluíram que presentemente (e após um período de forte mutação do seu país) os portugueses têm já uma considerável percepção de que desenvolvimento e sustentabilidade não são de todo elementos antagónicos, antes pelo contrário. Porém, também se constata que, embora as percepções sociais e mesmo os discursos contenham esta sensibilidade, a realidade das práticas parece encontrar-se consideravelmente longe de tais preocupações. Cabral (1997 e 2000) e Lima e Guerra (2004) confirmaram os baixos níveis de mobilização ambiental dos portugueses, por sua vez ligados aos baixos índices de mobilização política. O principal óbice situar-se-á, precisamente, na própria assunção das responsabilidades de cada indivíduo, difíceis de assumir numa sociedade com longa tradição de centralismo e autoritarismo político e ainda pouco habituada a uma cultura disseminada de responsabilidade civil.

Decorrente destas razões de ordem estrutural, coloca-se uma série de outros elementos-chave, tais como os espaços afectos pelas instituições de criação e de divulgação de conhecimento (a universidade, designadamente) às questões urbanas, ou as contínuas dificuldades de afirmação de um sector editorial português dedicado à divulgação de saber mais ensaístico. Realçaríamos, nestes pontos, a particular responsabilidade das instituições públicas locais na divulgação do saber sobre a cidade e a comprovação de que, a par da necessidade de uma reforma cultural e organizacional destas, existirá igualmente a necessidade de uma consciencialização – e responsabilização – interna.⁸

⁸ A Câmara Municipal de Lisboa, até muito recentemente (e para além do seu *site* na Internet com múltipla informação de base essencialmente institucional), editava de forma periódica três revistas de divulgação sobre a cidade: a *Agenda Cultural* (mensalmente), de divulgação de eventos e de espaços culturais da cidade; a revista *LX-Futura* (semestral), cuja informação é de carácter eminentemente urbanístico e arquitectónico; a *e-Pólen*, uma revista electrónica mensal alojada no *site* da CML, com informação sobre ecologia e ambiente. Das 53 juntas de freguesia existentes no

Tem havido, apesar de tudo, algum crescendo de consciencialização social em torno das dimensões mais substantivas (ou mais intangíveis) ligadas à evolução da cidade de Lisboa, bem como de problemáticas mais contemporâneas como as da sustentabilidade, do ambiente urbano ou da própria qualidade de vida. Esta consciencialização parece, no entanto, atingir apenas uma parte das classes mais superiores e das elites profissionais e culturais da cidade (Cabral 2005; Ferreira *et al.* 2000). Não obstante, e apesar de existir ainda uma clara distinção entre «simpatia», «compreensão» e «tomada de acções concretas» no sentido da expressão cívica e da participação pública de âmbito local, existirá seguramente um relativo aumento das preocupações com as problemáticas urbanas, nomeadamente nas populações mais jovem e mais instruídas (Cabral 2005; Ferreira *et al.* 2000). Daí que, a par do papel e da responsabilidade do poder local nestas áreas – uma responsabilidade ainda pouco assumida como um dos principais pilares da acção pública na cidade –, haverá que colocar o olhar no papel social das instituições de saber, muito particularmente da universidade, revelando-se também nesta a sua quota-parte de responsabilidade.

Associativismo e mobilização cívica em Lisboa

Também nas dinâmicas associativas e de mobilização cívica se tem assistido, nas cidades e nas metrópoles, a transformações de considerável relevância. Desde as análises de Marshall (1950) sobre a expressão da cidadania e os direitos dos indivíduos às reflexões de Turner (1993) em torno das formas de expressão mais passivas ou mais activas da cidadania, a abordagem da contemporaneidade parece necessitar de entender as novas configurações desta. Hoje a expressão cívica individual, em primeiro lugar, e os movimentos e as associações cívicas de carácter mais colectivo, em segundo lugar, estruturam-se e agem cada vez menos como meros movimentos classicamente fordistas (sindicatos e união de trabalhadores de vária ordem, corporações profissionais, associações territoriais, associações desportivas e religiosas, etc.), mas também, e em

concelho, em 2006 apenas 15 detinham *site* na Internet. Quanto à actividade editorial da instituição municipal, e embora com um vasto catálogo, este liga-se essencialmente a trabalhos de natureza cultural, arquitectónica e histórica da cidade. Em âmbitos mais técnico-científicos, no âmbito da revisão do Plano Director Municipal de Lisboa e dos respectivos estudos de análise e de estratégia entretanto desenvolvidos, foi assumida pela CML a publicação de alguns dos trabalhos (v. CML, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d e ainda 2005).

crescente medida, como estruturas de nova ordem de organização, muitas delas, inclusive, menos «territorializáveis» do que as suas congéneres clássicas, articulando-se e exprimindo-se pelas mais variadas formas (ambientalistas, defensores do consumidor, proprietários, inquilinos, contribuintes, pais de crianças em idade escolar, utentes de infra-estruturas, etc.). Nesta miríade de novas formas de expressão – incluindo as de âmbito essencialmente individual e em ambientes cibernautas – constata-se uma considerável dificuldade de preenchimento dos desfasamentos entre as clássicas formas de representação e de concertação institucional e estas formas mais actuais de envolvimento (Putnam 2000). Especialmente quando, como já muitos têm notado, existe uma significativa diferença entre associativismo (que até pode ser de âmbito essencialmente passivo) e mobilização (reconhecidamente mais activa).

O panorama das dinâmicas cívicas de Lisboa (tanto nas suas práticas de associativismo como por outras formas de mobilização e de intervenção cívica) é, embora crescente, consideravelmente pequeno. No âmbito territorial do concelho, existiam, em meados de 2006, cerca de três dezenas de associações ou comissões ligadas a bairros ou a espaços urbanos concretos que se mobilizavam quase somente em torno de actividades de reivindicação directamente ligadas aos seus territórios.⁹ Em simultâneo, existiam duas dezenas e meia de movimentos cívicos cuja intervenção se apresentava de base mais genérica ou sectorial.¹⁰ Alguns

⁹ No âmbito de uma busca desenvolvida na Internet (*sites* próprios e notícias de periódicos) identificaram-se, em Maio de 2006, cerca de trinta e cinco associações de base territorial no concelho de Lisboa (cerca de vinte e cinco associações ou comissões de moradores e quase dez movimentos de base minimamente sustentável, para não se considerar efémera, ligados à defesa de um determinado espaço urbano, como, por exemplo, um parque ou um equipamento cultural). Em termos das associações de moradores, a maioria destas respeitava a bairros de realojamento social. Algumas destas, no entanto, pareciam estar relativamente inactivas há já um tempo considerável. A grande maioria das suas expressões parecia colocar-se em reivindicações de melhoria das condições de vida nos bairros respectivos, em dimensões como os transportes, o estacionamento, equipamentos de apoio, património e espaços públicos. Algumas associações promovem ainda actividades recreativas, para o que têm geralmente algum apoio financeiro e logístico por parte da câmara municipal e das juntas de freguesia respectivas.

¹⁰ Igualmente por busca através da Internet, contabilizaram-se cerca de vinte e cinco movimentos cívicos dedicados a diferentes dimensões de valorização e de defesa da cidade, sob múltiplas ópticas: movimentos de intervenção e opinião sobre a política na cidade; associações para a renovação e a reabilitação urbana; movimentos de apoio à imigração e à inserção social; associações culturais de âmbito urbano; plataformas de defesa dos parques urbanos e dos espaços verdes; associações de estudo, fomento e

dos movimentos mais localizados, mas sobretudo os de intervenção mais sectorial, crescentemente utilizando a divulgação e a comunicação por via da Internet, têm avançado com iniciativas de conteúdo relativamente pró-activo, incluindo a formulação de propostas de diversa índole para diferentes realidades da cidade – propostas dificilmente auscultadas (ou pelo menos discutidas) pelo poder político, perante a inexistência de instrumentos de governança que atingissem estas escalas de intervenção, consideravelmente pouco institucionalizadas e normalmente fora dos processos de auscultação e de concertação pública, tradicionalmente muito sectorializados.

Tanto a análise empírica por nós desenvolvida como a observação de uma série de indicadores e de trabalhos na área mostraram como existem significativas dificuldades na capacidade de diálogo social e de mobilização cívica na sociedade de Lisboa. Sabemos como a sociedade portuguesa, como um todo, regista historicamente níveis de associativismo, de participação pública e de envolvimento cívico consideravelmente baixos. Entre as principais razões, poderemos referir uma matriz cultural ainda consideravelmente apegada a uma ruralidade relativa, combinada, por sua vez, com uma outra matriz – não necessariamente mais urbana – de iniciativa individual ou de *entrepreneur*, condicionando, por sua vez, a partilha de factores e de valores de desenvolvimento.

A inserção de Portugal na rede do ISSP¹¹ permitiu que uma série de investigações, baseadas por sua vez em metodologias de inquérito de largo espectro, pudesse ser desenvolvida nestes campos. Embora a maioria destas não tenha incluído uma diferenciação de base territorial, ou dicotomias concretas em torno dos ambientes urbanos (não obstante investigações mais recentes estarem a ir precisamente nesse sentido), diversas ordens de questionamentos mostram ser de particular importância. Cabral (1997 e 2000) confirmava como, à semelhança das demais sociedades ocidentais, também os portugueses, apesar da relativa juventude da sua democracia, se sentiam cada vez mais desmotivados perante

divulgação de conhecimento científico sobre a cidade e o ordenamento urbano; comissões de utentes; grupos de protecção da natureza urbana; etc. Verifica-se que, de forma crescente, estes movimentos utilizam a Internet (tanto por via de *sites* como de *blogues*) como forma primordial de intervenção, crenças de que este será não só o melhor meio de divulgação de informação (e das suas opiniões e reivindicações) como também o melhor difusor para atingir determinados actores, nomeadamente os *media* mais institucionais, dada a considerável dificuldade de comunicação com as instituições de governo local.

¹¹ *International Social Survey Programme*.

os sistemas políticos vigentes. Mas como, em simultâneo, ainda não se tinham desenvolvido outras formas de intervenção, demonstrando-se baixos graus de envolvimento cívico e de mobilização política. Viegas (2003) mostrava, por seu lado, como os deveres de cidadania se encontram ainda pouco imbuídos na consciência dos portugueses. Como acima já referimos a propósito das questões ambientais, e analisando dados mais recentes, Lima e Guerra (2004) verificavam que os níveis de mobilização política, de participação e ainda de associativismo dos portugueses continuavam baixos. O índice (composto) de cidadania política aqui desenvolvido (e seguindo as perspectivas e as próprias metodologias de Cabral), que procura combinar as diferentes formas de expressão, revelava que pouco mais de um quinto dos portugueses terá uma disposição considerável para formas de cidadania mais interventiva. Condição que se interliga, por sua vez, com parte das classes sociais médias e elevadas e com estruturas etárias mais jovens mas, muito especialmente, com níveis de instrução mais elevados. Não obstante estas características essencialmente urbanas, o cenário global mostrava ser de uma considerável imaturidade política e de postura mais antropocêntrica (Lima e Guerra, 2004), características bem reveladas pelo significativo diferencial entre *sentido crítico* (bastante considerável) e uma *efectiva predisposição para formas mais activas de mobilização e de intervenção* (muito baixa).

Não obstante, esta é uma realidade que, também ela, poderá estar em relativa transformação, muito especialmente na cidade – precisamente pelo seu maior potencial nas dimensões educativa e cultural. A investigação – também baseada no ISSP – coordenada por Cabral (2005), que incluiu um inquérito alargado para a Área Metropolitana de Lisboa e para o país, traduziu um modelo analítico que mostrou uma maior consistência nos territórios urbanos para a observação de padrões de mobilização cívica do que para os do próprio associativismo. Ou seja, é precisamente na dimensão onde hoje melhor se poderá percepcionar o exercício do direito de cidadania, ou as formas de expressão cívica, que o «efeito-cidade» mais se poderá manifestar.

Na verdade, alguma nova dinâmica de intervenção se tem pressentido em Lisboa – sendo talvez ainda demasiado prematuro dizer se esta nova dinâmica se apresenta como indiciadora de movimentos sociais futuros de maior consistência. Na última década houve lugar a alguns movimentos de intervenção urbana – muitos deles fora, precisamente, das lógicas e dos círculos mais clássicos de associativismo e ainda de corporativismo político –, movimentos que conseguiram desafiar algumas

decisões políticas entretanto em formação ou mesmo tomadas. Estes movimentos reflectiram-se, sobretudo, em questões ou projectos concretos e de âmbito muito local – embora alguns deles de considerável amplitude, como na questão da frente ribeirinha e dos planos de construção aí previstos pelo porto de Lisboa em meados da década de 90 – e ainda que para o sucesso de algumas destas reivindicações se revelou decisivo o respectivo «apadrinhamento» por alguns *media* e figuras públicas. Mais recentemente, tem-se assistido em Lisboa a um razoável aumento das expressões de intervenção por via da criação de espaços de discussão e de reivindicação (em importante medida na Internet, mas não só), numa evolução em parte decorrente da forte percepção de que os potenciais canais de comunicação institucional ou não existem de todo ou são meramente ficcionais. Mas sendo a maioria destes resultados, sobretudo, da perspectiva de formas de intervenção cívica e cultural crescentemente individualizadas (Putnam 2000). É ainda de referir, muito particularmente, a constituição de candidaturas independentes nas mais recentes eleições (intercalares) para a câmara municipal e cujos resultados vieram alterar de forma significativa os posicionamentos mais tradicionais das forças políticas de base local.

Estruturas de governança urbana em Lisboa

A quinta dimensão remete-nos, justamente, para a existência de estruturas de governança urbana de natureza envolvente e co-responsabilizante para com os diferentes actores da cidade (e, em âmbito mais geral, para com os cidadãos), procurando assim aproximá-los, por via de instrumentos aprofundados de democracia, dos processos de reflexão e de decisão na cidade.

Uma análise recentemente desenvolvida (Mota 2005) às infra-estruturas comunicacionais existentes entre as câmaras municipais da AML e os cidadãos (e que incidiu especialmente nas possibilidades abertas pelas novas TIC) mostrava como os municípios detinham um significativo atraso (em relação às médias dos países da OCDE) na sua conectividade com a população. Mesmo que esta conclusão tenha de ser algo mitigada pelo facto de a análise em questão se ter baseado em entradas de informação meramente factuais e não tanto de substância, o panorama geral não deixava de revelar a escassez de processos de fornecimento de informação, de consultas mais abertas, ou ainda de hipotéticos estímulos para a participação pública nas tomadas de decisão política municipal. Para além dos processos de consulta pública

consagrados na lei – e com as suas críticas próprias – em relação à aprovação de instrumentos de gestão territorial, o panorama geral revela, depois de décadas de discursos de aprofundamento da participação e de uma maior proximidade entre eleitores e eleitos, uma considerável separação entre o exercício do poder político e a cidadania¹² – ou, como é referido no prefácio do trabalho, «a lógica administrativa dos governos locais analisados é essencialmente marcada por um conceito de autarquia produtora de serviços e menos orientada para a implementação das ideias da democracia forte, para a valorização do ‘capital social’ e para a promoção da cidadania [...] evidencia-se uma acção das autarquias que privilegia [...] uma relação com o ‘cidadão-consumidor’ em detrimento de uma relação com o ‘cidadão político’» (2005, 14).

O município de Lisboa de todo mostrava divergir deste panorama de deficiente comunicação entre governo local e cidadão. Os seus canais de atendimento e de informação (balcões de atendimento, *sites* de Internet, linhas abertas, etc.), embora crescentemente difundidos e consideravelmente conectados, não deixam ainda de se revelar de carácter sobretudo unívoco e com diminuta capacidade de *feedback* – tratando o cidadão quase exclusivamente como cidadão-consumidor.¹³

Esta forma de entendimento do cidadão não indicia as melhores perspectivas no fomento de estruturas de governança urbana mais plurais. A nível da interligação com o cidadão, estas serão, com efeito – e

¹² Dos 18 municípios da AML, apenas o município de Palmela, através da prática da elaboração de orçamentos participativos, tem desenvolvido desde há alguns anos processos de participação cívica interligados com algumas das suas orientações políticas. Paulatinamente, vão aumentando os processos de discussão de planos e programas com a população noutros municípios, como Oeiras ou Almada.

¹³ Existe um Centro de Atendimento ao Município, com duas lojas/balcões de atendimento (na Baixa e em Entrecampos), um número telefónico azul de atendimento permanente (vinte e quatro horas) e um endereço de correio electrónico, vias a partir das quais se procura responder com celeridade às solicitações dos municípios. Existem ainda quatro espaços da juventude, do respectivo pelouro (Amoreiras, Campo Grande, Chelas e Bairro Alto). O *site* da câmara municipal (www.cm-lisboa.pt) disponibiliza múltipla informação sobre as actividades da instituição e dos diferentes órgãos do seu universo, para além da possibilidade de *download* de notícias, relatórios e formulários de requerimentos de vária ordem. De acordo com o mais recente *ranking* de *e-government* efectuado pelas Nações Unidas (em 2005, com dados do ano anterior), o *site* do município de Lisboa encontrava-se em 42.º lugar entre 81 *sites* municipais de todo o mundo analisados. Seul, Nova Iorque e Xangai ocupavam as três primeiras posições. Este *ranking* baseia-se no *e-government readiness index*, um índice «que avalia a qualidade, a relevância, a utilidade e a predisposição dos *websites* de governo para fornecer informação *on-line*, bem como ferramentas e serviços de participação para os cidadãos» (v. www.unpan.org/egovernment4.asp).

Figura 5.2 – Cinco presidências da CML, quatro logótipos municipais (1989-2008)



Fonte: CML.

para além das diferentes parcerias institucionais e que ocasionalmente tocam com as esferas de intervenção mais cívica – praticamente inexistentes na cidade. Em termos formais, vias de carácter mais permanente de «diálogo» com os cidadãos situam-se apenas ao nível dos processos político-institucionais clássicos: as sessões semanais da assembleia municipal abertas à participação do público (de acordo com uma ordem de inscrição), e uma vez por mês as reuniões semanais de câmara (com todos os vereadores) são igualmente sessões abertas (também com a possibilidade de inscrições). Porém, a estrutura, a complexidade e as exigências da cidade – e apesar da fragilização das suas densidades – afiguram-se demasiado vastas para estes poucos e muito fechados – embora importantes – momentos. Processos similares sucedem-se nas assembleias de freguesia, embora estas detenham, como sabemos, um reduzido poder factual. Quanto aos processos de participação pública previstos na lei (nomeadamente em relação aos instrumentos de planeamento), sendo todavia marcos importantes no débil quadro geral de inter-relacionamento entre instituições públicas e cidadãos, estes mostram deter debilidades cuja raiz será mais cultural que de outra ordem. Para além de uma considerável improbabilidade na descodificação dos respectivos documentos técnicos para melhor leitura e entendimento pela população do que está em causa, os processos raramente são divulgados de uma forma mais ampla e mais clara, podendo mesmo referir-se para a realidade portuguesa o que Ordóvas escreveu em relação à congénere realidade espanhola (2000): «O urbanismo, instrumento moderno de intervenção em contínuo processo de aperfeiçoamento, parece ter-se convertido numa variante de despotismo ilustrado (se bem que com déspotas não muito ilustrados) que afugenta a participação pública: tudo pela cidade, para a cidade, mas sem os cidadãos» (2000, 279).

Há ainda que situar a considerável distinção entre os quadros de comunicação do governo local de Lisboa com, por um lado, o universo associativo mais clássico (essencialmente sectorializado) e, por outro lado, com os cidadãos entendidos de forma não organizada, ou organizados sob diferentes lógicas (quer através de associações de moradores, quer estendendo-se para múltiplas formas e conteúdos de expressão e de mobilização). Em relação aos primeiros, os modelos de concertação fordistas ainda permitem algumas práticas de diálogo, tanto formais como informais, embora também não se possa dizer que em Lisboa estas estruturam qualquer modelo sistémico de participação local.¹⁴ No entanto, e em relação aos segundos, poder-se-á dizer que eventuais canais de comunicação de base minimamente sustentada são praticamente inexistentes.

No ano de 2002 foi proposta pelo executivo da CML a criação de um «órgão consultivo do município de Lisboa que visa promover a participação dos cidadãos, juntas de freguesia, associações e organizações locais, cívicas comunitárias, comerciais e industriais, de carácter público ou privado, na elaboração das estratégias e políticas urbanas e dos correspondentes instrumentos e acções que as irão concretizar».¹⁵ Esta proposta foi chumbada pela assembleia municipal (na altura, de maioria de oposição), tendo-se argumentado que esta não estava suficientemente clara de molde a situar-se no panorama político-institucional da cidade.¹⁶ Mais recentemente, em Março de 2006, a comunicação social anunciava a intenção do presidente da câmara em promover o debate de ideias e de propostas num futuro «fórum de participação de Lisboa», a ser criado até final do ano – porém, e da mesma forma, pouco mais se soube sobre a constituição de qualquer tipo de órgão do género. Esta curta história – extremamente curta – do, na altura, denominado conselho participativo da cidade de Lisboa, ou fórum da cidade (como foi também aventado), parece mostrar-se demonstrativa da falta de atenção política para com tentativas de aprofundamento democrático na cidade.

A óbvia conclusão mostra ser a de que em Lisboa não tem havido uma estratégia – nem uma vontade, será possível dizê-lo – para o de-

¹⁴ Por via do processo de revisão do PDM e da construção da Visão Estratégica Lisboa 2012, efectuaram-se alguns *workshops* temáticos com actores urbanos representativos sobretudo dos universos associativos de cariz sectorial e corporativo.

¹⁵ V. www.cm-lisboa.pt/docs/ficheiros/541_2002.doc.

¹⁶ A proposta baixou assim, para apreciação, à análise de uma comissão parlamentar eventual a ser criada pela assembleia municipal.

envolvimento de uma cultura e de correspondentes estruturas e instrumentos de governança urbana, de âmbito mais amplo e com dinâmicas mais permanentes. A existir uma estrutura de governança (em torno de alguns actores urbanos), e tal como igualmente analisámos na nossa investigação de âmbito mais abrangente, esta tem-se exercido sobretudo em ambientes consideravelmente circunscritos de reflexão e de tomada de decisão. Poder-se-á pressupor, eventualmente, que a falta de disponibilidade para a estruturação de instrumentos de diálogo mais aberto se baseie tanto em entendimentos de que uma eficaz reflexão e gestão política deve ser feita sobretudo em ambientes e circuitos restritos como em receios de que a abertura de canais de democracia mais directa (informativa, participativa, ou mesmo deliberativa) e a sua interligação com os espaços e os tempos da democracia representativa poderiam acarretar uma ainda maior fragmentação e mesmo ingovernabilidade no exercício do poder político, podendo ainda introduzir potenciais efeitos de populismo de base muito local. Estes são receios, no entanto, mitigáveis não só por via de uma necessária estruturação racional (que incluiria uma racionalidade também descentralizadora e avaliadora) de um sistema de acção para a governança urbana, a várias escalas e com várias aberturas, mas igualmente – ou mesmo sobretudo – pelo paulatino estímulo e dinamização de uma mobilização cívica, de um sentido ético e de uma maior responsabilidade por parte da população da cidade.

Recordemos de novo os textos de Cabral (1993 e 2000), particularmente quando refere como uma grande maioria dos portugueses se sentia num elevado grau de distância face ao poder, registando-se nesta óptica um dos maiores fossos pressentidos entre as elites e o resto da população, sendo por sua vez a instrução e os recursos educativos, os capitais mais preciosos e relevantes a esta diferenciação social. Nas palavras de Cabral, «o défice cultural adquire [...] um efeito que já não é de mera distribuição social, desigual mas gradual e de amplitude limitada, para se transformar num efeito de autêntica segmentação entre aqueles que, além de concentrarem os recursos materiais, por assim dizer monopolizam os recursos simbólicos, senão o ‘poder’, e aqueles outros portugueses que, embora participando também nas oportunidades e recompensas do sistema económico, se encontram virtualmente excluídos desse ‘poder’» (1993, 42). Esta distância – embora pouco – terá diminuído entre as análises desenvolvidas em 1993 e as de 2000. Como se tem vindo a verificar, algum deste ressurgir da identidade e da conseqüente movimentação cívica começa a ser considerado

por parte do poder político com uma certa atenção. Para Viegas e Dias (2000), e no âmbito das suas reflexões em torno da cidadania, integração e globalização, apesar das reconhecidas dificuldades, a reforma das instituições de participação política parece, efectivamente, suscitar um interesse crescente, quer por parte dos meios políticos, quer dos *media*. Será assim importante reflectir e alicerçar conteúdos sobre as formas como a auscultação a estes movimentos – e à cidadania, em termos mais globais – seguramente poderá legitimar bem mais, e apesar dos riscos, o exercício do próprio poder político.

Elites e cosmopolitismo em Lisboa

O efeito combinado de três ordens de características contidas na sociedade urbana de Lisboa parece estruturar contextos de desequilibradas perspectivas de mobilização (e mesmo de sentido de responsabilidade cívica – e, por conseguinte, política) por parte das elites lisboetas para com a qualificação e a afirmação da sua própria cidade.

Em primeiro lugar, as elites portuguesas – elites sociais, políticas, económicas ou culturais – mostram deter, historicamente, padrões de uma tradição cultural cuja responsabilidade pública dificilmente se estende para além das esferas de actuação mais institucionais do Estado e das redes em torno do poder que dele emana (Santos 1994; Martins 1998). Em âmbitos que extravasam consideravelmente as fronteiras e as paisagens de actuação política e administrativa formal dos cargos públicos ou privados por si ocupados, estas parecem ser bem menos intervenientes em termos da coisa colectiva do que na coisa pública (o que não é o mesmo), da mesma forma não exercendo facilmente outras formas de intervenção social e de expressão cívica.

Em segundo lugar, e situando-nos na capital política e administrativa do país, as elites de Lisboa ligadas à coisa pública posicionam-se essencialmente em torno das estruturas e dos processos relacionais no âmbito do Estado-nação português, cerne simbólico e operativo quer da sustentação histórica do próprio país, quer ainda da sua consolidação por estruturas de administração pública (mesmo quando deficiente ou muito deficiente) nas épocas modernas dos paradigmas sócio-industrial e fordista. Em certa medida, algo distintas das elites de outras cidades portuguesas (onde as questões territoriais e regionalistas se colocam de forma mais consistente), estas, suportadas e suportando a larga parte de uma administração muito centralizada, sobrepondo o Estado-nação à sua cidade, detêm escassa propensão para a atenção às questões locais

ou, se quisermos, para uma cultura política de atenção mais descentralizada e territorializada. A atenção a Lisboa como objecto de acção política surge assim muito mitigada por, por um lado, décadas de sobreposição de importantes componentes da sua identidade com a escala nacional (num país pequeno e, não obstante as diferenças regionais, relativamente homogéneo em termos sócio-culturais) e, por outro lado, por uma considerável assimilação de décadas de discursos em torno da macrocefalia e das incidências políticas e mediáticas colocadas nas assimetrias entre a grande cidade e o resto do país, entre o urbano e o rural, entre o litoral e o interior. Neste contexto, o factor de capitalidade, para Lisboa, acabará paradoxalmente (ou talvez não) por ser um importante óbice para si própria, elemento limitador ou mesmo castrador da potenciação de um capital sócio-cultural mais orientado para as problemáticas urbanas e a qualificação da cidade. O espectro do poder e da governação municipal, não obstante existir (e com larga tradição) desde há longuíssima data em Lisboa, parece não abarcar grandes interesses de carreira pela larga grande parte das suas elites urbanas. Muito especialmente, ao fim de diversas décadas de esvaziamento do seu poder, seguidas de outras três onde as grandes preocupações e interesses da minoria qualificada (e de serviço público) de Lisboa se centraram mais no Terreiro do Paço – e ainda em Bruxelas – do que no fronteiro Largo do Município.

Em terceiro lugar, há ainda que recordar a condição de difícil permeabilidade por parte das elites da cidade face às restantes classes e grupos sociais – mesmo que esta permeabilidade se possa manifestar por um determinado sentido de «colonização cultural». A constatação de a sociedade portuguesa ser pouco dada a mudanças que impliquem transformações sócio-políticas de determinada ordem vem de longe – constatação notavelmente clarificada pelos ensaios de Martins (1998), quando discorre sobre a conjugação entre uma escassa pluralidade social e a vigência de regimes eminentemente classistas. Cabral (2000), a propósito da distância sentida pela população em relação ao poder político, recorda como não se deve colocar a tónica somente na cultura dos governados: «não se pode atribuir a uma específica cultura dos governados a explicação da distância que estes sentem em relação ao poder político; por outras palavras, a cultura das elites governantes constitui também parte da explicação para este sentimento difuso de distanciamento perante o poder político manifestado pela grande maioria da população» (2000, 110). No mesmo sentido, Freire (2003) realça a difícil abertura do sistema político vigente para a renovação das suas elites, para

além da difícil transparência nos processos de ascensão nos próprios cargos políticos. As características relacionais de lógica muito discricionária ligadas às comunidades políticas – tanto no seu sentido lato, perante uma cultura consideravelmente corporativa, como em relação aos círculos relacionais desenvolvidos em torno de projectos muito concretos, mas englobando objectivos diversos – revelam-se uma característica particularmente importante no seio do exercício do poder político em Portugal. Comunidades políticas que dificilmente transparecem algum tipo de permeabilidade para estruturas e processos de ordem mais plural (sejam estes de reflexão, de trabalho e de tomada de decisão) – panorama sob o qual Cabral baseia, em importante medida, o estrutural défice comunicacional entre governantes e governados e que, afinal, «fornece um inesperado pano de fundo para os débeis níveis de exercício da cidadania política encontrados» (Cabral 2000, 110).

Assim, as energias simbólicas e culturais da cidade – embora fortes – ainda não se encontram suficientemente reflectidas numa atenção cultural, por parte das suas elites, para uma mais efectiva acção política sobre os espaços e ritmos da cidade – condição particularmente séria quando nos encontramos, precisamente, perante problemáticas importantes. Confirmar-se-á assim também para Lisboa – ou particularmente para Lisboa, pelo acréscimo de outra ordem de circunstâncias – o que Jouve e Lefévre (1999) escreveram em torno de muitas cidades e respectivas elites urbanas: «as cidades europeias ainda não se tornaram os vínculos de expressão e de conquista de poder de uma elite política hegemónica e autónoma das elites locais e nacionais. Mantêm-se palco de tensões entre grupos sociais, entre sistemas de representação e interesses heterogéneos produzidos há muito e que constituem contrapoderes pujantes e eficazes, impedindo qualquer possibilidade de emergência de um modelo de governo urbano unitário. Estas são sociedades locais, sem dúvida, mas não são certamente comunidades locais, e ainda menos espaços de agregação e de mobilização que (re)nasçam sobre as cinzas de um Estado que encarna uma ordem política ultrapassada» (1999, 44).

Aqui joga-se também, e de forma particularmente interessante, a conjugação de sinais muitas vezes paradoxalmente contrários entre diferentes características do cosmopolitismo urbano de cidadãos de Lisboa. Apesar da sua contínua desvitalização sócio-demográfica, a capital portuguesa detém, estamos em crer (embora desconheçamos qualquer análise científica desenvolvida especificamente neste âmbito), um capital de cosmopolitismo considerável – muito especialmente se atender-

mos ao seu dinamismo de ordem sócio-cultural, e ao contínuo desenvolvimento de segmentos sociais orientados para actividades e fluxos culturais e de conhecimento, em ópticas relativamente similares às referidas por Landry (2002) e na verdade tal como Costa (2002) pôde observar em dois bairros culturalmente muito dinâmicos de Lisboa (Chiado e Bairro Alto). Não obstante, este capital de cosmopolitismo poderá não significar uma relação directa entre consciência (crítica) e formas activas de intervenção cívica e/ou pública no que à qualificação da cidade diz respeito – materializando-se assim este cosmopolitismo, sobretudo, por formas mais antropocêntricas de pensamento e de expressão.

Esta lacuna de atenção mais directa (e de uma correspondente disponibilidade) das elites de Lisboa para com as problemáticas da dimensão urbana será, estamos em crer, um dos principais factores – se não o principal – a condicionar o posicionamento da cidade como objecto concreto de pensamento e de trabalho e, num sentido paralelo, de importante veículo contemporâneo de desenvolvimento. A hipotética conjugação dos universos profissionais (e do próprio pensamento e trabalho científico) com as práticas e agendas políticas revela, neste âmbito, significativas dificuldades de inter-relacionamento – incluindo a falta de consolidados *think-tanks* sobre a cidade. Embora também aqui, tanto em meios universitários como em sede de determinadas ordens e associações de âmbito corporativo, ONGs e mesmo nos *media*, se possa detectar algum aumento de intervenção social.¹⁷

Conclusões

A cidade política afirma-se, em importante medida, pelas estruturas inerentes ao capital sócio-cultural existente em cada sociedade urbana (Seixas 2006). Estruturas vinculadas, por sua vez, por quotidianos e

¹⁷ Das cerca de duas dezenas e meia de movimentos cívicos em torno das temáticas urbanas detectados em Lisboa pela nossa observação, haverá aproximadamente uma dezena que procura mobilizar, ocasionalmente, fóruns de discussão e de análise, bem como o aprofundamento do pensamento e do conhecimento em torno da cidade. Grande parte dos seus principais dinamizadores encontra-se, por sua vez, ligado aos meios universitários e laboratoriais, ou pelo menos a uma formação de nível superior. Em âmbito corporativo-profissional, as intervenções e os fóruns de carácter divulgador (que são decerto, na sua parte, também vectores de expressão cívica) também se têm acentuado, muito especialmente ao nível da arquitectura, do urbanismo, da geografia e ainda da sociologia.

paisagens, por percepções e entendimentos, por valores, atitudes, comportamentos. Suportando assim, cognitiva e culturalmente, a qualidade global do sistema de governação da cidade. Em Lisboa, o capital sócio-cultural da sua sociedade urbana, apesar de uma série de forças e de potencialidades latentes, detém uma consistência relativamente frágil – muito particularmente, nas suas vertentes de teor mais dinâmico e de mobilização. Efectivamente, e embora tais fragilidades não se manifestem tanto nas suas componentes simbólicas ou mesmo identitárias – não obstante uma contínua perda de «massa crítica urbana» e de densidade de «vida em conjunto» na cidade –, dificilmente se tem assistido à materialização de movimentos sócio-culturais de pendor colectivo em torno de problemáticas mais concretas da cidade.¹⁸

Como sabemos, há já muito que não se materializa em Lisboa qualquer processo de discussão de sentido minimamente amplo – eventualmente conducente a um planeamento estratégico vinculador da acção pública – que se baseie em estruturas mínimas de participação ou de co-envolvimento com os principais actores da cidade (ou mesmo com os cidadãos em geral) – num processo social que poderia catalisar diferentes ordens de atenções e de interesses. Atrás procurámos reflectir em torno de pontos como: a reduzida tradição da sociedade portuguesa para o envolvimento cívico e para a participação, não se entendendo facilmente as questões públicas como responsabilidade colectiva; a relativa sobreposição, para muitos, entre envolvimento público e envolvimento cívico; a elevada sangria sócio-demográfica que tem decorrido na capital nas últimas décadas, retirando-lhe vitais fontes de energia. Em simultâneo, e em conjunto com o aprofundamento empírico das investigações efectuadas,¹⁹ comprovámos a quase inexistência de canais abertos de governança, ou de espaços públicos de diálogo e de participação estabelecidos – para além dos desenvolvidos nos períodos eleitorais, ou dos procedimentos de consulta pública previstos no quadro legislativo dos instrumentos de gestão territorial. A sociedade – e a política – local

¹⁸ Escrevemos estas conclusões pouco depois da realização de eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa (a 15 de Julho de 2007), cujos efeitos mais significativos se colocaram, por um lado, na constituição de candidaturas independentes (que, no seu conjunto, obtiveram cerca de 25% dos votos expressos), mas muito especialmente, por outro lado, numa abstenção global superior a 60%. Estas eleições sucederam-se após o culminar de uma importante crise político-institucional no município – crise resultante, por sua vez, dos múltiplos sinais de crise de governação e de administração na cidade.

¹⁹ Como já referimos, no âmbito de uma série de entrevistas efectuadas a actores do sistema de governação de Lisboa e da realização de diversos estudos de caso.

de Lisboa não tem, na verdade, desenvolvido projectos – globais ou parciais – de carácter mais colectivo relacionalmente estruturados e estrategicamente direccionados para qualquer ordem de qualificação da sua cidade. Reflectimos ainda sobre o interesse muito relativo, por parte das elites da cidade (ou ainda das elites da metrópole), num envolvimento profissional, participativo e político nas estruturas do sistema de governação da cidade – factor significativo que não facilita o desenvolvimento da sociedade urbana como uma comunidade política e que parece, em significativa medida, deixar as instituições de governação urbana existentes muito «entregues a si próprias», aos seus circuitos fechados e a continuados entendimentos fordiano-keynesiano-corbusianos da cidade. Nestas ópticas se poderá compreender, nomeadamente, a considerável indiferença social e política perante o evanescimento do Plano Estratégico de Lisboa poucos anos após a sua aprovação. A morte da estratégia de 1992 (porque, na verdade, esta deixou de ser um elemento vivo para os panoramas da acção pública na cidade) – e até mesmo dos espaços mais concretos de pensamento estratégico no município, ainda na década de 1990 – ter-se-á devido mais ao seu frágil suporte sócio-cultural na cidade do que meramente a razões de ordem interna à CML ou ainda da vontade de determinados actores políticos.

Um dos aspectos que, no nosso entender, mais têm condicionado uma capacitação sócio-cultural portuguesa para as questões urbanas coloca-se nas importantes deficiências de conhecimento mais amplo e concreto em torno da cidade e das suas problemáticas. Este défice de conhecimento existirá tanto pelos constrangimentos do sistema educativo nacional como por uma segmentação excessivamente corporativa dos próprios universos do conhecimento e da acção profissional, que atinge em primeiro lugar as classes política e técnica. Apesar do significativo capital simbólico de Lisboa, apesar do crescendo de atenção face às questões urbanas, encontrar-se-ão, afinal, ainda pouco percebidos por uma franja considerável da sociedade (mas mesmo pelas próprias elites) os grandes temas e os grandes desafios da cidade de hoje. Este «estado de ignorância relativa» sobre o que está em questão na cidade torna-se um dos principais – se não o principal – factores que permitem a manutenção de estruturas e de culturas de governação consideravelmente pouco estratégicas e transversais. Um dos mais significativos exemplos desta falta de (re)conhecimento sobre a cidade contemporânea colocar-se-á na (ainda) difícil consciencialização colectiva de que a nova grande escala (e o novo grande nome) da cidade é, na verdade, a escala da sua região metropolitana. Em paralelo, as debilidades

João Seixas

de conhecimento também se podem perceber no ainda fraco (re)conhecimento da necessidade de uma maior capacitação social e política nas acções urbanas de maior proximidade e de carácter mais quotidiano, escala de acção afinal bem mais próxima da escala da cidadania.

Porém, e não obstante este panorama de inegáveis fragilidades, registam-se igualmente em Lisboa importantes sinais que poderão suportar a estruturação de uma maior percepção social e correspondente envolvimento político/cívico a médio trecho. Tem-se assistido, nos anos mais recentes, a um paulatino aumento do interesse em torno das dimensões urbanas, quer nos âmbitos políticos e científicos, quer também noutros espaços de projecção e de reflexão social, como nos próprios *media*. Estes são efeitos que parecem traduzir a existência de um interesse e preocupação social perante as questões urbanas em crescendo – embora ainda não se sabendo bem, talvez, como se irá este crescente interesse materializar e consolidar por eventuais formas mais organizadas e racionais. As próprias formas de expressão da cidadania, mesmo encontrando-se hoje parte importante delas em ambientes e processos sobretudo individualizantes e consideravelmente fractais, não deixam de se ligar a um capital de consciencialização que, por sua vez, se baseará quer numa relativa consolidação de um «capital cultural» e de um cosmopolitismo de base urbana, quer no próprio «efeito-cidade», afinal existente numa cidade que mantém uma inegável estrutura cultural e identitária, às suas diferentes escalas. Elementos perceptíveis no seu capital sócio-cultural e que, apesar de todos os bloqueios, desorientações e fragmentações, talvez lhe permitam manter um determinado – ou hipotético – potencial de vitalização sócio-política.